
BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz. **A televisão brasileira na era digital: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes**. São Paulo: Paulus, 2007. 322 p.

Andres Kalikoske

Mestrando em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). São Leopoldo, RS - Brasil, e-mail: kalikoske@hotmail.com

A televisão brasileira na era digital, de César Siqueira Bolaño e Valério Cruz Brittos, merece ser lido por todos que desejam inteirar-se sobre os caminhos percorridos pela indústria cultural brasileira na contemporaneidade. Seguindo a conexão epistêmica da economia política da comunicação, fornece um panorama extremamente oportuno e competente sobre a implementação da televisão digital no Brasil e no mundo. Ao longo de seus oito capítulos, subdivididos em duas partes (*lógica digital e transição ao sistema*), o livro não reúne respostas, mas convida o leitor a uma pertinente e necessária reflexão. Resumidamente, trata-se de uma obra de referência, onde estão reunidos e ordenados elementos-chave para a compreensão das tendências e estratégias mercadológicas acerca do padrão digital.

A primeira metade do livro apresenta, de forma macroestrutural, a lógica das indústrias culturais. Contextualiza-se o cenário pré-digitalização, resgatando a legislação brasileira e seus aspectos contraditórios. Dentre todas as possibilidades oferecidas pelo novo padrão, os autores identificam que o maior impacto é gerado pela TV digital terrestre, “mobilizando governos, agentes econômicos e algumas poucas entidades não-governamentais que conseguem intervir nos debates, usualmente pouco inclusivos, que se arrastam há duas décadas, envolvendo uma alteração conceitual com impactos sobre o conjunto da indústria televisiva e suas diferentes trajetórias tecnológicas” (p. 56). Neste sentido, o texto contextualiza um sistema capitalista reconfigurado pelas novas tecnologias estruturantes. Bolaño e Brittos compreendem que este seja um período de reestruturação, onde, sem mudar a essência da relação entre cultura e economia, a comunicação e a informação tornam-se os principais elementos da atividade industrial.

Apresentam-se as possibilidades – e não possibilidades – do sistema digital quando integrado a outras plataformas. Apenas para citar um exemplo, temos a comunicação entre computadores com um fluxo de informação mais eficaz do que os até então oferecidos pelo mercado. Sem perder o foco epistemológico, o texto logo aponta para uma possível preocupação dos *players*. Com esta otimização do fluxo, as dificuldades técnicas do consumidor seriam ínfimas, causando a diminuição das chamadas telefônicas. Consequentemente, o tradicional negócio de telefonia vocal seria prejudicado. Complementando com outras análises, os autores sublinham que a digitalização “é um dos sustentáculos da retomada da hegemonia norte-americana, com o projeto Global Information Infra-Structure (GII), que leva todos os países do mundo a implantar ambiciosos e caros programas de reestruturação das suas infraestruturas nacionais de comunicação, em estratégias diferenciadas de acordo com as especificidades locais e da situação do país (ou bloco) na concorrência nacional” (p. 81).

O conceito de esfera pública é revisto no terceiro capítulo. Ampliando a teoria habermasiana, os autores contrapõem a esfera pública burguesa do século XIX com o que identificam ser uma nova esfera pública. Este entendimento se sustenta a partir da noção de que a mesma seguiria “restrita a setores cultos e relativamente ricos, permanecendo, para a imensa maioria do povo mundial, totalmente válido o paradigma da cultura de massas” (p. 91). Neste sentido, apesar de reconhecerem as possibilidades de avanço democrático decorrente da interatividade, verifica-se a inviabilidade de se construir uma esfera pública popular, que não dialogue com as macromudanças econômicas e sociais.

Destaque para o capítulo quatro, onde os três grandes padrões internacionais de transmissão digital são explicados, a partir de seu resgate histórico e desenvolvimento econômico. O esclarecimento destes elementos de ordem técnica - mas não menos importantes - contribui para um amplo entendimento acerca da tecnologia existente. Não se trata, no entanto, de uma linguagem para recém chegados à graduação, mas também não é um texto cerrado, sendo de leitura agradável aos que se já se debruçam sobre o tema.

O quinto capítulo, que aborda a regulação, é com certeza um dos pontos altos do livro. Conta com uma periodização dos movimentos legislativos acerca da digitalização, colocando as principais emissoras brasileiras no centro da discussão. Com pertinência ao tema tratado, resgata a trajetória política do país a partir das eleições de 1990, percorrendo desde os testes iniciais até a fase de consultas públicas e privadas. A iniciativa em desenvolver um sistema brasileiro de televisão digital – fato que não se concretizou – é verificada como um possível benefício aos países subdesenvolvidos, que não precisariam arcar com os altos custos estipulados pela tecnologia empregada nas nações dominantes.

A segunda parte do livro aborda os movimentos do mercado brasileiro de televisão e rádio acerca da digitalização. O capítulo seis inicia atualizando a situação da TV por assinatura no Brasil. Em seguida, parte para uma análise macroestrutural acerca dos movimentos de concentração dos grandes grupos mundiais. Apresenta o caminho percorrido pelas operadoras para disponibilizar aos seus assinantes uma programação ainda não digital, mas interativa. Um indício,

mesmo que incipiente, do que pode vir a ser a televisão digital terrestre.

O sétimo capítulo, outro ponto alto da obra, percorre as mudanças enfrentadas pela TV de massa para se adaptar ao padrão japonês, adotado no Brasil. Primeiramente, os autores traçam um panorama acerca das principais emissoras de televisão aberta do país. Com muita propriedade, as estratégias de programação são identificadas, valorizando a internacionalização dos produtos audiovisuais como forma de expansão das redes. A partir desta visão macroestrutural, constata-se que “os principais operadores continuam desempenhando um papel hegemônico na nova situação, como a Globo, que, atacada como líder absoluta da TV aberta, conseguiu não apenas conservar em linhas gerais sua posição, como conquistar a primeira posição no setor de televisão a pagamento, além de desenvolver ações internacionais exitosas” (p. 216). A noção de multiplicidade da oferta demonstra que, mesmo na posição de líder, uma emissora pode perder audiência para outras redes. Provável razão pela qual o interesse inicial dos *playes* ao digital limita-se às melhorias na qualidade de som e imagem, sem proporcionar uma maior diversidade de programadores.

Por fim, quando a obra parece acabada, o rádio – por vezes esquecido nos estudos de comunicação – tem seu espaço. Os padrões existentes para a plataforma são contextualizados, sendo o americano de maior custo-benefício, porque “utiliza os mesmos canais analógicos para fazer a transmissão digital, o que traz vantagens de custos e operacionais, ao ser aproveitado toda a infraestrutura já existente” (p. 259).

O livro encerra verificando a necessidade do setor comercial em buscar financiamento a partir de recursos privados, destinando os recursos públicos para o setor público (estatal) e comunitário (público não-estatal). Em contrapartida, motiva o pensamento de um modelo alternativo, que atenda tanto questões mercadológicas quanto de interesse público. Bolaño e Brittos, com todo o rigor acadêmico que os caracteriza, oferecem em *A televisão brasileira na era digital* uma contribuição muito mais ampla ao que se propõem. O pesquisador mais exigente, do ponto de vista acadêmico e intelectual, chegará às páginas finais com subsídios suficientes para responder, por meio de suas próprias conclusões, questionamentos crítico-mercadológico acerca do tema.